



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 8/2020, em que é recorrente **Billy Cruz Brito**, mandatário das listas apresentadas pelo **MPD** às eleições Municipais de 2020 no Sal e recorrido o **Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 39/2020

(Proferido nos Autos do Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 8/2020)

I - Relatório

O MOVIMENTO PARA DEMOCRACIA (MPD), partido candidato às Autárquicas de 25 de outubro de 2020, vem, nos termos conjugados dos artigos 353.º, 354.º, 355.º/1 e 2 e 356.º, todos do Código Eleitoral, interpor recurso contra a decisão do Meritíssimo Juiz do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal que admitiu a candidatura do Grupo Independente S.A.L - Sociedade Em Ação Para A Liberdade (Grupo Independente S.A.L), com base nos fundamentos que, a seguir, se transcrevem integralmente:

“DOS FATOS

1. No dia 11 de setembro de 2020, foi entregue no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal, pelo Movimento para Democracia (doravante MPD), duas listas de candidatos para o círculo eleitoral do Sal, às próximas eleições autárquicas de 25 de outubro de 2020.

2. Por despacho datado de 19 de setembro de 2020, o Mandatário da lista dos candidatos do MPD foi notificado no dia 21 de setembro de 2020, pelas 9 horas e 20 minutos, da admissão definitiva das listas apresentadas para a Câmara e para a Assembleia Municipal,

3. Tendo aceite também, tal como ordenados, os candidatos pelas listas propostas pelo MPD.

4. No dia 14 de setembro de 2020, foi entregue no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal, pela **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**, duas listas de candidatos para o círculo eleitoral do Sal, às próximas eleições autárquicas de 25 de outubro de 2020.

5. No dia 17 de setembro de 2020, às 9 horas, a mandatária da **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**, foi notificada para suprir várias irregularidades, nos termos do disposto no artigo 351º do Código Eleitoral,

6. Sendo uma dessas irregularidades relativas à ordenação da lista para a Assembleia Municipal, que não se encontrava de acordo com o preceituado na lei nº 68/ IX/ 2019, de 28 de novembro (lei da paridade).

7. No entanto, a mandatária da lista de candidatos **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**, não procedeu com aquela supressão da referida irregularidade, tal como notificada pelo Tribunal.

8. No dia 21 de setembro de 2020, pelas 9 horas e 20 minutos, o Mandatário da lista dos candidatos do MPD foi notificado pelo Tribunal a quo da admissão definitiva das listas apresentadas para a Câmara e para a Assembleia Municipal, apresentado pela **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**,

9. Tendo o Tribunal a quo aceite também, tal como ordenados, os candidatos pelas listas propostas pela **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**, com exceção dos candidatos constantes dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal.

10. No âmbito da decisão da admissão da lista dos candidatos apresentados pela **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade**, o Meritíssimo Juiz do Juízo Cível da Comarca do Sal entendeu o seguinte:

"Todavia, em relação à lista de candidatos suplentes à Assembleia Municipal, consta-se que não foi respeitado o estipulado na lei de paridade, a partir do décimo primeiro candidato, tendo em conta que, do décimo primeiro ao décimo quinto candidato todos são do sexo masculino. A priori, em função do não cumprimento das regras de paridade na ordenação da lista de suplentes, poder-se-ia concluir pela rejeição da lista. Em nosso entender, porém, tal solução é desproporcional. Em primeiro lugar, porque estamos a falar da lista de suplentes, sendo que está assegurada o número mínimo de candidatos exigidos por lei, e, nesta parte, cumpriu-se o estabelecido na lei de paridade. Por outro lado, entendemos que seria desrazoável, rejeitar toda uma lista no contexto que acabamos de descrever. Assim, parece-nos, que a melhor solução, será considerar como não escritas os candidatos décimo primeiro a décimo quinto, tendo em conta que fica assegurado o mínimo de suplentes exigidos na lei, e, ao mesmo tempo o respeito pela lei de paridade. "

11. Contudo, salvo devido respeito pela opinião contrária, não lhe assiste razão nas suas fundamentações e na sua decisão final, senão vejamos:

12. O Código eleitoral é a legislação própria do Direito Eleitoral.

*13. O Direito Eleitoral é o ramo autónomo do **Direito Público** encarregado de regulamentar os direitos políticos dos cidadãos e o processo eleitoral.*

14. De uma forma mais específica, é uma especialização do direito constitucional, cujo conjunto sistematizado de normas destina-se a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, principalmente os que envolvem votar e ser votado.

15. Quanto à Lei da Paridade, pode-se concluir que se trata também de uma legislação pertencente ao Direito Público, na medida em que as suas normas possuem características próprias deste ramo, tais como: a supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público.

*16. O Direito Público tem como pauta orientadora basilar o **Princípio da Legalidade**, que constitui como matriz da atuação da Administração Pública e dos Órgãos Judiciais,*

sendo que a legalidade está contida no elo de sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos e entidades às leis.

*17. As decisões dos Órgãos Judiciais, no que tange à situação aqui enquadrada, devem obedecer a **leis permissivas**, que permitem ao Tribunal a quo decidir pela admissão, mesmo estando perante uma situação de irregularidade análoga à situação em tela,*

18. Porém, na situação sub judice, não existe qualquer preceito legal que permite ao Tribunal decidir tal como fez.

19. No entanto, mesmo assim decidiu o Tribunal a quo tomar a decisão aqui impugnada, sem indicar nenhum dispositivo legal que assim o autorizasse.

20. O Tribunal a quo limitou-se a fundamentar a sua decisão por entender que a não admissão seria "desproporcional".

21. O que na nossa interpretação não é legal da parte do Tribunal a quo e nem justo para as demais candidaturas que esforçaram para cumprir integralmente todos os preceitos legais imperativos.

*22. Nos termos do artigo 6º da lei de paridade, "a não correção das listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nos prazos e termos previstos na respetiva lei eleitoral, **determina a sua rejeição pelo Tribunal**¹ onde têm sido depositadas e comunicadas, no prazo de 48 horas à Comissão Nacional de Eleições."*

*23. Ora, perscrutando os autos, a mandatária da lista dos candidatos da **S.A.L Sociedade Em Ação para Liberdade** não respeitou o estipulado na lei de paridade, a partir dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal.*

*24. Por outro lado, o próprio Juiz a quo no seu despacho de admissão das listas dos candidatos da **S.A.L — Sociedade Em Ação para Liberdade** reconheceu que a mandatária não respeitou o estipulado na lei de paridade, a partir dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal.*

25. Entretanto, mesmo assim, o Juiz a quo admitiu a lista dos candidatos da **S.A.L Sociedade Em Ação para Liberdade** para as eleições autárquicas de 25 de outubro de 2020, **violando** o princípio da legalidade e os dispostos imperativos nos termos conjugados dos artigos 4º/2 e 6º da lei da paridade.

26. Nestes termos, a lista dos candidatos da **S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade** deveria ser rejeitada pelo Tribunal a quo tendo em conta que a lista dos candidatos da S.A.L. não supriu a irregularidade relativamente à ordenação dos candidatos a partir dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal, violando a Lei da Paridade.

CONCLUSÕES:

1. O Tribunal a quo admitiu a lista dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal da **S.A.L. — Sociedade Em Ação para Liberdade**;
2. A lista dos candidatos da **S.A.L. - Sociedade Em Ação para Liberdade** para a Assembleia Municipal não respeitou a lei da paridade;
3. O Tribunal a quo não cumpriu com a imposição do artigo 6º da Lei de Paridade;
4. A lista dos candidatos da **S.A.L. - Sociedade Em Ação para Liberdade** deveria ser rejeitada pelo Tribunal a quo.

DO PEDIDO:

NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO, REQUER A PROCEDÊNCIA DESTE RECURSO DEVENDO SER CONHECIDAS E DECIDIDAS TODAS AS QUESTÕES ADJECTIVAS E SUBSTANTIVAS SUSCITADAS NO PRESENTE RECURSO, COM AS LEGAIS CONSEQUÊNCIAS, NÃO ADMITINDO AS LISTAS APRESENTADAS PELA S.A.L. - SOCIEDADE EM AÇÃO PARA LIBERDADE

ASSIM SE FARIA A HABITUAL E TÃO NECESSÁRIA...JUSTIÇA!”

2. Notificada da interposição do recurso, a Mandatária do Grupo Independente **S.A.L. - Sociedade Em Ação para Liberdade** apresentou as suas contra-alegações nos seguintes termos:

“I- Das contra-alegações

1. *Vem o ora recorrente interpor recurso da decisão do Tribunal de 1^a instância da Ilha do Sal, que admitiu a lista dos candidatos à Camara Municipal e Assembleia Municipal do Sal, apresentados pelo ora recorrido.*
2. *De acordo com o alegado, o ora recorrente, sustenta, essencialmente o seguinte:*
 - I. *Que não assiste razão ao tribunal a quo, quanto aos fundamentos apresentados para a admissão da candidatura dos ora recorridos e nem da decisão final.*
 - II. *No entanto, alega que "...o Direito Público tem como pauta orientadora basilar o Princípio da Legalidade, que constitui como matriz da atuação da Administração Pública e dos Órgãos Judiciais, sendo que a legalidade está contida no elo de sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos e entidades às leis.*
 - III. *Que as decisões dos Órgãos Judiciais, no que tange à situação aqui enquadrada, devem obedecer a leis permissivas, que permitem ao Tribunal a quo decidir pela admissão, mesmo estando perante uma situação de irregularidade análoga à situação em tela;*
 - IV. *Porém, na situação sub judice, não existe qualquer Preceito legal que permite ao Tribunal decidir tal como fez.*
 - V. *No entanto, mesmo assim decidiu o Tribunal a quo tomar a decisão aqui impugnada, sem indicar nenhum dispositivo legal que assim o autorizasse.*

- VI. *O Tribunal a quo limitou-se a fundamentar a sua decisão por entender a que não admissão seria "desproporcional"*
- VII. *O que na nossa interpretação não é legal da parte do Tribunal a quo e nem justo para as demais candidaturas que esforçaram para cumprir integralmente todos os preceitos legais imperativos.*
- VIII. *Nos termos do artigo 6º da lei de paridade, "a não correção das listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nos prazos e termos previstos na respetiva lei eleitoral, determina a sua rejeição pelo Tribunal onde têm sido depositadas comunicadas, no prazo de 48 horas à Comissão Nacional de Eleições.*
- IX. *Porém, na situação sub judice, não existe qualquer preceito legal que permite ao Tribunal decidir tal como fez.*
- X. *No entanto, mesmo assim decidiu o Tribunal a quo tomar a decisão aqui impugnada, sem indicar nenhum dispositivo legal que assim o autorizasse.*
- XI. *O Tribunal a quo limitou-se a fundamentar a sua decisão por entender que a não admissão seria "desproporcional".*
- XII. *O que na nossa interpretação não é legal da parte do Tribunal a quo e nem justo para as demais candidaturas que esforçaram para cumprir integralmente todos os preceitos legais imperativos. Nos termos do artigo 6º da lei de paridade, "a não correção das listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nos prazos e termos previstos na respetiva lei eleitoral, determina a sua rejeição pelo Tribunal onde têm sido depositadas e comunicadas, no prazo de 48 horas à Comissão Nacional de Eleições. " Sic*
3. *De todo o alegado pelo recorrente, este conclui o seu requerimento de recurso pedindo a rejeição da candidatura do ora recorrido;*
4. *Porém, embora tenha apresentado fundamentos meramente vagos para justificar as suas pretensões, o que demonstra que o Recorrente apenas recorre por mero capricho, no entanto, não assiste razão a interpretação do ora recorrente;*

Senão vejamos,

- 5. Nos termos do 348.º n.º 3 do Código Eleitoral, "A lista deve ser ordenada e conter um número de candidatos efectivos igual ao número de mandatos correspondente ao círculo e de candidatos suplentes não inferior a três, nem superior ao dos efectivos»*
- 6. Ora, em todo e qualquer processo hermenêutico, entender o sentido e o alcance de uma norma requer uma análise criteriosa, atendendo a Constituição, aos princípios do direito que estão por detrás da norma e as restantes leis ordinárias;*
- 7. Nesse sentido, não podemos deixar de lado que nos termos do 348º nº 2, o legislador pretendeu estabelecer um limite máximo, objetivando racionalizar as listas, a sua aferição, a sua publicação, organizando minimamente o processo eleitoral,*
- 8. E o limite máximo a apresentar em cada lista é diretamente equivalente ao número de mandatos atribuídos ao colégio eleitoral em questão, com base numa lógica de variabilidade de acordo com a qual num círculo de dezoito esse limite seria de dezoito e num de três também de três;*
- 9. Paralelamente, o mesmo dispositivo legal, estabelece um limite mínimo de suplentes, dessa vez fixo, que não depende do número de mandatos atribuídos ao círculo, destinando-se a definir o mínimo de suplentes que poderão preencher a lista de efetivos quando ocorram situações inesperadas ou outras vicissitudes durante o exercício do mandato,*
- 10. Na medida em que, havendo situações desse tipo ou em caso de vacatura ou de suspensão de mandato, o deputado será substituído pelo candidato não eleito da mesma lista, na respetiva ordem de precedência.*
- 11. De modo que, não tendo cumprido com a lei da paridade apenas a partir do decimo primeiro candidato à lista de suplentes apresentada para Assembleia Municipal, em caso algum viola os preceitos legais e alegados pelo Recorrente*

e nem tão pouco a lei da paridade, já que a referida lei deverá ser interpretada em harmonia com o Código Eleitoral;

12. Nesse sentido, concluiu e bem o tribunal a quo, quando diz que a rejeição da lista seria desproporcional, por estarmos a falar de uma lista de suplentes onde foi respeitado o número mínimo exigido pela lei (Código Eleitoral e lei da paridade);

13. Consequentemente, agiu bem em admitir a candidatura do ora recorrido.

14. Pois, agindo em sentido contrario, nesse caso não admitindo a candidatura dos ora recorridos, atendendo aos factos alegados pelos recorrentes, não só seria muito grave e desproporcional, como também violaria os princípios democráticos e a direitos fundamentais de participação política dos ora recorridos.

15. De modo que, agiu e bem o tribunal a quo ao admitir a candidatura dos ora recorridos como também fundamentou e bem a sua decisão de admitir a referida candidatura.

Com efeito,

II. Das conclusões:

- i. A candidatura apresentada no tribunal da Comarca do Sal, pelo grupo de cidadãos **S.A.L - SOCIEDADE EM AÇÃO PARA LIBERDADE**, visando concorrer às Eleições Autárquicas de 2020, no círculo eleitoral da Ilha do Sal, não padece de qualquer vício;*
- ii. A referida candidatura não só respeitou a o limite máximo de candidatos efetivos e o limite de candidatos mínimos de suplentes para preencher a lista de candidatos para a Assembleia Municipal do Sal, como também, na escolha dos candidatos respeitou a lei da paridade;*

- iii. De modo que a decisão do tribunal da comarca do Sal, bem como os fundamentos que sustentam aquela decisão, não viola nenhuma lei da República de Cabo Verde, pelo contrário, vai de encontro aos princípios democráticos e o direito de participação política e o respeito pela lei da paridade.

Em face de tudo quanto fica exposto, cabe concluir pela falta manifesta, completa e absoluta de fundamento do presente recurso que, assim, deve ser julgado improcedente e a decisão do tribunal a quo, mantida nos seus precisos termos.

Nestes termos e nos mais de direito, que V. Exa. Doutamente suprirá, deverá o presente recurso ser julgado improcedente.”

3. Segundo informação da Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 30/09/2020, o Meritíssimo Juiz do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal quis saber se tinha dado entrada nesta Corte um recurso contra a admissão da candidatura desse Grupo Independente e se o Tribunal já o tinha decidido.

Depois de ter sido informado que a Secretaria não tinha recebido nenhum recurso proveniente do Tribunal da Comarca do Sal, recebeu-se uma chamada telefónica do Tribunal de Contas a comunicar que tinham recebido uma encomenda endereça ao Tribunal Constitucional e procedeu-se, imediatamente, ao levantamento da referida encomenda, tendo sido constado que se tratava do recurso a que se referiu o Juiz *a quo*. Autuado e registado como Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 08/2020, em 30/09,2020, realizou-se a distribuição pelas 18:30, tendo a relatoria sido sorteada ao ora Relator.

No dia seguinte, pelas 17:00, realizou-se a sessão em que foi apreciado e decido o recurso nos termos que seguem.

I - Fundamentação

1. Os autos reúnem toda a prova pertinente para a decisão do mérito e a única exceção suscetível de obstar ao conhecimento do objeto do recurso tem que ver com a legitimidade.

Senão vejamos:

A forma como se iniciou a redação da petição de recurso suscita alguma dúvida sobre quem efetivamente impugnou a decisão de admitir a candidatura do Grupo Independente S.A.L. Pois, ao ter-se grafado que “ **MOVIMENTO PARA DEMOCRACIA (MPD)**, *partido candidato admitido para o círculo eleitoral do Sal, às próximas Eleições Autárquicas de 25 de outubro de 2020, vem nos termos conjugados dos artigos 353.º, 354.º, 355.º/1 e 2 e 356.º, todos do Código Eleitoral, interpor recurso contra a decisão do Meritíssimo Juiz do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Sal que admitiu a candidatura do Grupo Independente S.A.L - Sociedade Em Ação para Liberdade,*” não esclarece se foi o MPD, Movimento para a Democracia, enquanto partido político concorrente às eleições dos órgãos do Município do Sal; se foi o senhor Billy Brito enquanto Mandatário da Candidatura do MPD ou apenas o mesmo cidadão na qualidade de candidato integrante da lista do MPD para a Câmara Municipal, sendo certo que tanto o partido, o mandatário como o candidato gozam de legitimidade ativa, atento o disposto no artigo 354.º do Código Eleitoral: “*Têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral.*”

Todavia, compulsados os Autos, fica afastada a hipótese de ter sido o MPD a interpor este recurso, porquanto este partido político, nos termos estatutários, é representado em juízo pelo seu Secretário-Geral, que não veio aos Autos manifestar a sua inconformação com a decisão posta em crise. Exclui-se também a possibilidade de ter sido o sr. Billy Brito quem interpôs recurso apenas na qualidade de candidato, na medida em que não invocou essa legitimidade. Pelo que se conclui que foi o sr. Billy Brito, na qualidade de Mandatário da candidatura do MPD às eleições dos órgãos do Município do Sal de 25 de outubro próximo, quem decidiu recorrer, pelo facto de ter recebido a notificação e subscrito a petição de recurso nessa qualidade, conforme documentos de fls. 1404; 1407 a 4013 e 1223 dos Autos.

2. Condições de admissibilidade do recurso:

- a) Competência: O Tribunal é competente, atento o disposto no artigo 353º do Código Eleitoral, *“Das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão;*
- b) Legitimidade: O Mandatário da candidatura do MPD tem legitimidade, porque, nos termos do artigo 354.º do Código Eleitoral: *“Têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral.”*
- c) Tempestividade: considerando que o Mandatário do MPD foi notificado do Despacho recorrido no dia 21/09/2020, pelas 9:20 e apresentou o recurso no Tribunal *a quo* no dia 22/09/2020, pelas 14:35, ou seja, no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação, o recurso é tempestivo, de acordo com a parte final do artigo 353.º do Código Eleitoral.

Estão, assim, preenchidos todos os pressupostos recursais para a admissão do presente recurso, como, de resto, já tinha sido decidido pelo Despacho do Meritíssimo Juiz, constante a fls. 1422 dos Autos.

3. A única questão relevante que o Tribunal deve decidir é se o Despacho do Meritíssimo Juiz, que admitiu a candidatura do Grupo Independente S.A.L, viola o disposto no artigo 6.º da Lei nº 68/ IX/ 2019, de 28 de novembro, como alega o recorrente, e, consequentemente, pede que não seja admitida a candidatura impugnada.

3.1. O conteúdo do despacho recorrido é, efetivamente, o que consta do parágrafo 10.º da petição de recurso integralmente reproduzido no relatório deste Acórdão.

3.2. Através do presente recurso, pretende o Mandatário do MPD, partido concorrente às eleições autárquicas de 25 de outubro de 2020 para a eleição dos órgãos do Município do Sal ver revogada a decisão do Tribunal *a quo* que admitiu a candidatura do Grupo

Independente SAL, com fundamento na preterição do artigo 6.º da Lei da Paridade, o que configuraria, na sua perspectiva, uma violação do princípio da legalidade.

Para tanto, sustenta que: *“As decisões dos Órgãos Judiciais, no que tange à situação aqui enquadrada, devem obedecer a leis permissivas, que permitem ao Tribunal a quo decidir pela admissão, mesmo estando perante uma situação de irregularidade análoga à situação em tela; Porém, na situação sub judice, não existe qualquer preceito legal que permite ao Tribunal decidir tal como fez; no entanto, mesmo assim decidiu o Tribunal a quo tomar a decisão aqui impugnada, sem indicar nenhum dispositivo legal que assim o autorizasse; o Tribunal a quo limitou-se a fundamentar a sua decisão por entender que a não admissão seria "desproporcional"; o que na nossa interpretação não é legal da parte do Tribunal a quo e nem justo para as demais candidaturas que esforçaram para cumprir integralmente todos os preceitos legais imperativos; nos termos do artigo 6.º da lei de paridade, "a não correção das listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nos prazos e termos previstos na respetiva lei eleitoral, **determina a sua rejeição pelo Tribunal** onde têm sido depositadas e comunicadas, no prazo de 48 horas à Comissão Nacional de Eleições.*

*Ora, perscrutando os autos, a mandatária da lista dos candidatos da **S.A.L Sociedade Em Ação para Liberdade** não respeitou o estipulado na lei de paridade, a partir dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal. Por outro lado, o próprio Juiz a quo no seu despacho de admissão das listas dos candidatos da **S.A.L — Sociedade Em Ação para Liberdade** reconheceu que a mandatária não respeitou o estipulado na lei de paridade, a partir dos lugares décimo primeiro a décimo quinto da lista de suplentes à Assembleia Municipal.”*

3.3. Por seu turno, o Grupo Independente **S.A.L.** ofereceu contra-alegações, as quais, também, se encontram integralmente reproduzidas no relatório.

3.4. Não suscita controvérsia que no momento em que o magistrado apreciou, pela primeira vez, a candidatura do S.A.L, assinalou várias irregularidades, entre as quais a não observância da regra de alternância entre candidatos do sexo masculino e feminino a partir do 18.º candidato relativamente à lista de suplentes para a Assembleia Municipal e

mandou notificar a mandatária da referida lista para, querendo e no prazo de quarenta e oito horas, corrigir aquelas deficiências, sob pena de rejeição da lista.

É também pacífico que a peça submetida ao Juiz *a quo* para apreciar se as irregularidades tinham sido corrigidas foi apresentada em tempo e que a decisão do magistrado foi no sentido de se considerar que, à exceção da inobservância da norma do n.º 2 do artigo 4.º, pelo facto de a lista de suplentes manter sucessivamente os últimos candidatos apenas do sexo masculino, as outras foram consideradas corrigidas.

3.6. É, pois, chegado o momento de apresentar o quadro jurídico sobre a organização das listas propostas às eleições dos órgãos municipais.

O n.º 1 do artigo 430.º do Código Eleitoral é bem explícito quando à obrigatoriedade de se indicar candidatos efetivos em número igual aos dos mandatos atribuídos ao respetivo colégio eleitoral, e de candidatos suplentes em número não inferior a três nem superior ao dos efetivos.

Não estando em causa a indicação de candidatos efetivos, nem o número mínimo de candidatos suplentes, o que em qualquer circunstância se mostra verificado, desde logo pelo facto de a lista, desde o início, ter apresentado candidatos suplentes em numero superior a três.

No entanto, poderia suscitar alguma dúvida se a admissão da lista com apenas dez candidatos suplentes para uma Assembleia Municipal com dezassete mandatos seria uma decisão legal.

Referira-se que esta problemática não constitui novidade para o Coletivo desta Corte, porque, ao proferir os Acórdão n.ºs 2 e 3/2016, de 18 de Fevereiro, publicados no Boletim Oficial, I Série, N.º 35, de 10 de maio de 2016 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Volume I, 2015-2016, Tribunal Constitucional, Praia, 2016, p. 347 e ss., através de votos concorrentes de dois Juízes Conselheiros, a propósito da interpretação da norma do n.º 3 do artigo 115º da CRCV, concluíram que a Constituição fixa um número mínimo de três deputados suplentes, independentemente do número de mandatos do colégio, partindo da ideia de existência de dois segmentos distintos neste dispositivo, defendendo que o trecho “*não podendo nunca ser inferior a*

três” deve ser entendido no sentido de que a Constituição estabelece um número mínimo geral que considera nuclear para a salvaguarda de qualquer eventualidade que possa atingir os efetivos e até os suplentes que podem ser chamados a exercer funções.

O facto de o n.º 3 do artigo 115º da Constituição apenas se referir a listas para a eleição de Deputados à Assembleia Nacional não impede que as orientações emanadas desses arestos possam ser aplicadas às eleições dos Deputados às Assembleias Municipais, quanto mais não seja porque o que está em debate neste Autos não é o número mínimo de suplentes, mas o seu máximo.

Por outro lado, o segundo segmento nos termos dos quais *“o número de suplentes deverá ser no máximo, igual ao número de mandatos atribuídos ao respectivo colégio”*, goza de alguma elasticidade, *“devendo acompanhar o número de mandatos atribuídos ao círculo eleitoral e aí, sim, pelos motivos apontados, fixando-se o limite máximo da lista com base nesse critério e permitindo o uso dessa equivalência directa entre o número de mandatos e o número de candidatos suplentes.*

Portanto, se em relação ao limite mínimo tanto para as eleições legislativas como para as autárquicas se fixou um número mínimo de três, independentemente dos mandatos efetivos, já o limite máximo é variável, não se exigindo um número preciso, sendo que o limite máximo inultrapassável é o número de efetivos em relação a cada colégio eleitoral.”

Esta orientação jurisprudencial aplica-se ao caso em apreço e leva-nos a concluir que a decisão de admitir uma lista com dez suplentes respeita o disposto nas disposições conjugadas do artigo 430.º, n.º 1, e artigo 352.º, n.º 1 do Código Eleitoral, tendo em conta que o número de candidatos suplentes supera três, mas fica aquém do número dos efetivos para a Assembleia Municipal do Sal.

E isto é tudo quanto se mostra necessário para se considerar como improcedentes as alegações de violação do princípio da legalidade imputadas ao Despacho recorrido, o qual deve ser confirmado.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, por unanimidade, acordam:

Julgar improcedente o recurso, confirmando a decisão que admitiu a candidatura do Grupo Independente S.A.L, com o número de suplentes legalmente exigível.

Isento de custas por não serem devidas.

Registe e notifique.

Praia, 01 de outubro de 2020

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de outubro de 2020.

O Secretário,

João Borges